

Termos e Condições Gerais de inscrição e participação nos cursos da Bosch Industry Consulting

Versão: 09/2025

A Robert Bosch, S.A, Av. Infante D. Henrique Lotes 2E-3E, 1800-220 Lisboa, Portugal, através da Bosch Industry Consulting (doravante designado por "**BIC**") oferece aos consumidores ou empresas (doravante designados por "**Formandos**") um website através do qual os Formandos podem inscrever-se nos cursos de formação presencial e online da BIC (conjuntamente designados por "Cursos de Formação").

1. Âmbito dos termos

1.1. Estes Termos e Condições Gerais aplicam-se à oferta formativa online e presencial da BIC, passível de consulta em <https://www.bosch.pt/produtos-e-servicos/bosch-industry-consulting/formacoes/>.

1.2. As condições gerais atualizadas da BIC podem ser encontradas e impressas em <https://www.bosch.pt/produtos-e-servicos/bosch-industry-consulting/>.

2. Utilização dos serviços do Website BIC

2.1. Os Cursos de Formação presenciais e online oferecidos não representam qualquer tipo de oferta legalmente vinculativa. Ao clicar no botão "Inscrição", o Formando é encaminhado para um formulário onde submete um pedido de inscrição num Curso de Formação, com base nas presentes condições gerais do Website BIC. O contrato relativo à prestação de serviços de formação só entrará em vigor quando uma confirmação de inscrição e do recebimento do pagamento for enviada pela BIC, através do e-mail: industry.consulting_iberia@bosch.com.

2.2. A BIC reserva-se o direito de rejeitar a aceitação de uma inscrição.

Cada Curso de Formação tem condições de acesso próprias, que o Formando poderá encontrar nas descrições dos Cursos de Formação no Website BIC.

2.3. A aceitação de uma inscrição não implica a verificação imediata e exaustiva do cumprimento de todas as condições de acesso. Se a inscrição do Formando for aceite e posteriormente se verificar que o mesmo não cumpre as condições de acesso, a BIC terá o direito de, a qualquer momento, fazer cessar o contrato relativo ao Curso de Formação afetado. Neste caso, o Formando será reembolsado dos valores do Curso de Formação, **salvo se a causa da cessação do contrato se dever a:**

a) Má conduta do Formando: Entende-se por má conduta qualquer comportamento do Formando que, no decorrer do processo de inscrição ou após a sua aceitação, seja considerado:

- **Declaração falsa ou omissão intencional:** A apresentação de informações falsas, incompletas ou enganosas, ou a omissão de informações relevantes, relativas às suas qualificações, experiência ou qualquer outro requisito essencial para o acesso ao curso, com o objetivo de obter a aceitação da inscrição.
- **Comportamento desadequado:** A prática de atos que perturbem gravemente o bom funcionamento das atividades da BIC ou o ambiente de aprendizagem, ou que violem as normas de convivência e respeito estabelecidas pela BIC para os seus Cursos de Formação.

- **b) Incumprimento dos presentes Termos e Condições Gerais:** A violação substancial de outras obrigações e deveres previstos nos presentes Termos e Condições Gerais por parte do Formando.

2.4. A BIC reserva-se o direito de não aceitar inscrições de Formandos que tenham perturbado o bom funcionamento de ações anteriores, nas quais tenham participado.

2.5. Se a BIC não puder aceitar uma inscrição do Formando, a BIC informará o Formando por e-mail e não faturará ao Formando por este Curso de Formação.

3. Remarcação e alteração de Cursos de Formação

3.1. Caso o Formando pretenda reagendar uma inscrição já confirmada, num Curso de Formação, tal poderá ser feito através do e-mail para: Industry.Consulting_Iberia@pt.bosch.com.

3.2. A remarcação deverá ser solicitada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de início da formação. Ultrapassado esse prazo, o Formando ficará obrigado ao pagamento integral do valor correspondente à nova formação.

3.3. A BIC informará o Formando com a maior brevidade, se é possível ou não uma nova inscrição. Caso seja possível uma remarcação, o Formando será informado sobre o novo valor da formação (se aplicável), a data da formação, bem como quaisquer outras informações necessárias relativamente à remarcação solicitada.

3.4. O contrato relativo ao novo Curso de Formação terá início e vigorará a partir do momento em que a BIC confirmar a remarcação ao Formando. A remarcação não implica qualquer custo adicional.

3.5. A BIC reserva-se o direito de substituir ou omitir conteúdos individuais dos Cursos de Formação, desde que tal não afete o carácter geral da formação.

4. Cancelamento de Cursos de Formação pelo Formando

4.1. O Formando terá o direito de cancelar a sua inscrição até duas semanas antes do início do Curso de Formação. No caso de se tratar de um curso com custos para o Formando, este, será reembolsado na totalidade pelo valor pago. No caso de o pedido de cancelamento da inscrição ser efetuado até uma semana antes do início do Curso de Formação, apenas será reembolsado metade do valor pago pelo Formando. Se o pedido de cancelamento da inscrição for efetuado na última semana antes da realização do Curso de Formação, o valor pago, não será reembolsado, podendo o Formando definir um substituto, que cumpra as condições de acesso, para ocupar o seu lugar.

4.2. Apenas serão aceites cancelamentos comunicados à BIC por e-mail.

4.3. A não presença do Formando nas datas previstas do Curso de Formação, sem aviso de cancelamento dentro do prazo indicado nesta política, implica a liquidação da fatura referente à inscrição.

5. Cancelamento de Cursos de Formação pela BIC

A BIC terá o direito de cancelar um Curso de Formação por razões económicas ou organizacionais. Neste caso, a BIC reembolsará os Formandos pelos valores que já tenham sido

pagos pelo Curso de Formação. Nenhuma compensação adicional será devida do cancelamento.

6. Inscrição de colaboradores

6.1. As pessoas coletivas têm a opção de inscrever os seus colaboradores em Cursos de Formação.

6.2. Cada uma destas entidades deverá assegurar que tem autoridade suficiente para registar e transferir os dados pessoais do colaborador.

6.3. No que concerne à inscrição de terceiros, a empresa é responsável por todas as obrigações para com a BIC resultantes da inscrição. No que respeita à inscrição de terceiros e à participação em Cursos de Formação, aplicam-se ao Formando as disposições constantes dos presentes Termos de Utilização.

7. Normas de segurança para Cursos de Formação presenciais

7.1. Os Cursos de Formação presenciais poderão incluir passagem por zonas de uso obrigatório de calçado de segurança. Por este motivo, os participantes nos Cursos de Formação presenciais receberão informações básicas em segurança, antes do início do Curso de Formação, e devem trazer consigo calçado de segurança adequado.

7.2. Os participantes deverão cumprir rigorosamente todas as instruções do formador. Se o Formando não cumprir as instruções do formador, este, terá o direito de excluir o Formando de qualquer participação futura no Curso de Formação. Neste caso, o valor pago pelo Curso de Formação não será reembolsado.

8. Pagamento dos Curso de Formação

8.1. Os valores do Curso de Formação correspondem ao preço (acrescido de IVA à taxa legal) indicado na descrição de cada Curso de Formação incluída no Website BIC, exceto se existir um acordo por escrito.

8.2. A condição de pré-pagamento é aplicada para a frequência do Curso de Formação, exceto se existirem outras condições de pagamento definidas num acordo escrito.

8.3. O Formando deverá efetivar o pagamento através de transferência bancária até duas semanas antes do início do curso de Formação e enviar o comprovativo de pagamento por email para: Industry.Consulting_Iberia@pt.bosch.com.

8.4. O Formando suportará todos os custos decorrentes da sua participação num Curso de Formação da BIC. Nomeadamente, despesas de viagem, alojamento e alimentação fora do período de formação. Nos Cursos de Formação que decorrem nas instalações de formação da BIC (Aveiro e Lisboa), será oferecido ao Formando o café nos intervalos.

9. Responsabilidade

9.1. A BIC não será responsável por quaisquer atrasos, adiamentos ou cancelamentos dos Cursos de Formação resultantes de situações de força maior, entendendo-se como tal acontecimentos imprevisíveis, inevitáveis e alheios à sua vontade que impeçam ou dificultem gravemente a execução das obrigações contratuais.

9.2. Em particular, a BIC não se responsabiliza pela exatidão do conteúdo e pela integridade dos documentos da formação, apresentações de formações ou outras publicações e não se responsabiliza por danos subsequentes decorrentes de conteúdos potencialmente incorretos e/ou incompletos dos Cursos de Formação.

10. Direito de Livre resolução

10.1. No caso dos Formandos que se qualifiquem como consumidores têm o direito de livre resolução, nos termos do DL n.º 24/2014, de 14 de Fevereiro. Às empresas não será concedido qualquer direito de livre resolução.

10.2. O consumidor terá direito à livre resolução do presente contrato no prazo de 14 dias de calendário, sem necessidade de indicar qualquer motivo.

10.3. O prazo de livre resolução expira 14 dias a contar do dia seguinte ao dia da celebração do contrato.

10.4. A fim de exercer o seu direito de livre resolução, tem de nos comunicar para: Industry.Consulting_Iberia@pt.bosch.com a sua decisão de livre resolução do presente contrato através de uma declaração inequívoca (por exemplo, carta enviada por correio ou um e-mail), podendo, para o efeito, utilizar o **modelo de formulário de livre resolução** disponibilizado infra, sem que tal seja obrigatório.

10.5. Para que o prazo de livre resolução seja respeitado, basta que a sua comunicação referente ao exercício do direito de resolução seja enviada antes do termo do respetivo prazo.

10.6. Em caso de livre resolução do presente contrato, ser-lhe-ão reembolsados todos os pagamentos efetuados, sem demora injustificada e, em qualquer caso, o mais tardar 14 dias a contar da data em que fomos informados da sua decisão de livre resolução do presente contrato. Efetuamos esses reembolsos usando o mesmo meio de pagamento que usou na transação inicial, salvo acordo expresso em contrário da sua parte, em qualquer caso, não incorrerá em quaisquer custos como consequência de tal reembolso.

10.7. **Exemplo: Modelo de Formulário de Livre Resolução:**

(Anexo B do DL n.º 24/2014, adaptado)

(só deve preencher e devolver o presente formulário se quiser resolver o contrato)

Destinatário: [indicar nome, morada e endereço de correio eletrónico da empresa]

Pela presente comunico que resolvo o meu contrato relativo à prestação do seguinte serviço/fornecimento do seguinte bem: _____

Solicitado em ()/recebido em (*) _____ [data]*

Nome do consumidor: _____

Morada do consumidor: _____

Assinatura do consumidor (apenas para notificação em papel): _____

Data: // _____

11. Requisitos Técnicos e Compatibilidade

11.1. Para o acesso e o correto usufruto dos cursos online e demais conteúdos digitais disponibilizados pela BIC, o Formando deverá assegurar que dispõe, designadamente, dos seguintes requisitos técnicos mínimos:

- **Dispositivo:** Computador (desktop ou portátil) ou tablet com capacidade de processamento e memória adequadas para reprodução de vídeo e navegação web. O uso de smartphone pode ser possível para algumas funcionalidades, mas a experiência completa é otimizada para ecrãs maiores.
- **Sistema Operativo:** Versões atualizadas de sistemas operativos como Windows 10 (0 versão 10.0.19041 ou superior, excluindo versões LTSC), macOS **13 (Ventura)** ou superior, Android 13 ou superior ou iOS 16 ou superior.
- **Conexão à Internet:** Uma conexão de internet banda larga estável e de alta velocidade (recomenda-se um mínimo de 5 Mbps para streaming de vídeo sem interrupções). Os custos associados à conexão à internet são da exclusiva responsabilidade do Formando.
- **Periféricos:** Auscultadores/altifalantes e, para funcionalidades interativas ou aulas síncronas, microfone e webcam funcionais.
- **Software Adicional:** Microsoft Teams para uma experiência completa e otimizada. 11.2 A BIC não se responsabiliza por eventuais falhas ou dificuldades de acesso ou de usufruto dos conteúdos digitais que resultem da não observância dos requisitos técnicos mínimos acima indicados, de problemas na conexão à internet do Formando, ou de deficiências nos equipamentos ou softwares utilizados pelo Formando. É da responsabilidade do Formando testar a compatibilidade dos seus equipamentos e conexão antes da inscrição, sempre que possível, ou contactar a BIC para esclarecimentos.

12. Utilização de documentos disponibilizados pela BIC

Os documentos do Curso de Formação, quando fornecidos, gozam da proteção da lei portuguesa de direitos de autor. Os direitos de utilização só serão transmitidos quando os direitos de utilização tiverem sido expressamente transferidos por escrito. Quando o Formando tiver recebido documentos para download, a utilização de tais documentos será restrita ao Formando e aos seus colaboradores. Têm o direito de guardar os ficheiros no seu computador e também em dispositivos móveis quantas vezes desejarem, mas deverão garantir que esses ficheiros só podem ser acedidos pelo Formando ou por colaboradores do Formando. Não é permitido passar os dados de acesso a terceiros. O Formando não estará autorizado a transmitir a terceiros qualquer material que seja distribuído para fins de formação ou informação. Os colaboradores da mesma empresa não serão considerados terceiros para efeitos destas disposições.

13. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PRODUTOS DIGITAIS

13.1. Direitos de utilização e direitos de autor

No caso de cursos online e outros conteúdos digitais, os direitos de utilização concedidos ao Formando são pessoais, intransmissíveis e limitados ao período de vigência do contrato ou ao prazo de acesso definido para cada curso. O Formando não adquire qualquer direito de

propriedade intelectual sobre os conteúdos fornecidos, sendo expressamente proibida a sua reprodução, distribuição ou utilização para fins comerciais.

13.2. Descrições e especificações dos cursos

As características essenciais dos cursos online e dos conteúdos digitais disponibilizados encontram-se descritas na respetiva ficha ou página de produto, que faz parte integrante do contrato.

13.3. Direito de livre resolução em conteúdos digitais

Nos termos do Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, o Formando que seja consumidor dispõe de um prazo de 14 (catorze) dias a contar da celebração do contrato para exercer o direito de livre resolução, salvo se o acesso ao curso online ou aos conteúdos digitais tiver início durante esse prazo. Com a aceitação das presentes condições, o Formando que seja consumidor reconhece e aceita que, ao aceder ao curso online ou iniciar a utilização dos conteúdos digitais, **perde o direito de livre resolução**.

13.4. Alterações aos cursos online

Poderão ser introduzidas alterações ou atualizações aos cursos online ou conteúdos digitais disponibilizados, desde que:

- exista uma razão válida para tal (por exemplo, adaptação a novas exigências técnicas, aumento de capacidade da plataforma ou melhorias pedagógicas relevantes);
- o consumidor não incorra em quaisquer custos adicionais devido à alteração; e
- o consumidor seja informado de forma clara e compreensível acerca da alteração.

14. Alterações aos presentes Termos e Condições Gerais

14.1. A BIC terá o direito de alterar ou complementar os presentes Termos e Condições Gerais a qualquer momento, com efeitos para o futuro, se tal for necessário devido a alterações legais, regulamentares, de segurança, melhoria de serviços prestados, ou devido a desenvolvimentos funcionais ou técnicos do website.

14.2. Quando o Formando for um consumidor qualquer alteração será comunicada de forma clara e compreensível, através do mesmo meio utilizado para a celebração do contrato ou por outro meio adequado, com uma antecedência mínima de **15 (quinze) dias** relativamente à sua entrada em vigor.

14.3. Caso as alterações afetem de forma relevante os direitos ou obrigações dos Formandos que sejam consumidores, estes poderão **resolver o contrato sem qualquer custo, no prazo de 30 (trinta) dias** a contar da receção da notificação ou da entrada em vigor das alterações, consoante a data posterior.

14.4. As alterações editoriais dos presentes Termos e Condições Gerais, ou seja, alterações que não afetem o presente acordo, como a correção de gralhas ou que não impliquem redução de direitos do consumidor poderão ser implementadas imediatamente e serão efetuadas sem notificação ao Formando.

15. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

15.1. A BIC será responsável, de acordo com as disposições legais, (i) em caso de dolo ou negligência grave, (ii) de acordo com as disposições das leis de responsabilidade pelo produto aplicáveis, (iii) na medida de qualquer garantia assumida pelo fornecedor, e (iv) em caso de danos à vida, corpo ou saúde de uma pessoa.

15.2. Em caso de danos materiais e financeiros causados por negligência, a BIC só será responsável em caso de incumprimento de uma obrigação contratual essencial, mas o montante da responsabilidade será limitado aos danos previsíveis no momento da celebração do contrato e típicos do contrato; as obrigações contratuais essenciais são aquelas cujo cumprimento caracteriza o contrato e nas quais o cliente pode confiar.

15.3. As limitações de responsabilidade acima referidas também se aplicam em caso de culpa por parte de um agente indireto da BIC, bem como à responsabilidade pessoal dos funcionários, representantes e órgãos da BIC, bem como a pedidos de reembolso de despesas.

15.4. Para os Formandos que sejam **consumidores**, as limitações de responsabilidade estabelecidas na presente cláusula aplicar-se-ão apenas na medida em que a lei o permita e não excluam ou restrinjam direitos inderrogáveis legalmente previstos.

16. Disposições finais

16.1. A eventual invalidade ou ineficácia de alguma disposição do presente contrato não afetará a validade e eficácia das restantes cláusulas, que permanecerão plenamente em vigor.”

16.2. Para os litígios emergentes dos presentes Termos e Condições:

- a) **Se o Formando for uma empresa ou um profissional**, será competente o Tribunal da Comarca de Lisboa ou, em alternativa, o Tribunal da Comarca de Aveiro, podendo ainda a BIC, recorrer ao tribunal da comarca correspondente à sede registada do Formando.
- b) **Se o Formando for um consumidor**, é competente o tribunal do seu domicílio, nos termos da lei aplicável. A escolha da lei portuguesa não prejudica a aplicação das disposições imperativas de proteção do consumidor previstas na lei do país da residência habitual do Formando, sempre que estas lhe sejam mais favoráveis.

16.3. Os presentes Termos e Condições encontram-se sujeitos à lei portuguesa. Exclui-se expressamente a aplicação das normas internacionais de comércio, a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Comércio Internacional (CISG), bem como as demais convenções existentes sobre a matéria.

16.4. Resolução Alternativa de Litígios (RAL): Em caso de litígio de consumo, o consumidor pode recorrer às entidades de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo (RAL), como a mediação, conciliação ou arbitragem, conforme disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro.

16.5. Os litígios de consumo de baixo valor económico (até 5.000 EUR) estão, de acordo com a legislação portuguesa aplicável, sujeitos a arbitragem ou mediação obrigatória quando, por opção expressa dos consumidores, forem submetidos ao tribunal de arbitragem afiliado aos centros de arbitragem de conflitos de consumo legalmente autorizados. Salientamos que os centros de arbitragem de conflitos de consumo legalmente autorizados em Portugal são os seguintes:

- Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo (CNIACC) - <https://www.cniacc.pt/pt/>;
- Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra (CACCDC)- <https://cacrc.pt/>;
- Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL)- <http://www.centroarbitragemlisboa.pt/>;
- Centro de Arbitragem da Universidade Autónoma de Lisboa (CAUAL)- <https://arbitragem.autonoma.pt/>;
- Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira (CACC RAM) - <https://www.madeira.gov.pt/cacc/>;
- Centro de Informação e Arbitragem do Porto (CICAP) - <https://www.cicap.pt/>;
- Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Ave (TRIAVE) - <https://www.triave.pt/>;
- Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Cávado (CIAB) - <https://www.ciab.pt/pt/>;
- Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve (CIMAAL) - <http://www.consumidoronline.pt/pt/>.

16.6 O Consumidor tem também o direito de recorrer, de forma voluntária, à Plataforma Europeia de Resolução de Litígios em Linha (ODR), disponível em: <https://ec.europa.eu/consumers/odr>

17. O consumidor dispõe de Livro de Reclamações, disponível em formato físico nas instalações da Robert Bosch S.A. e em formato eletrónico através do portal oficial <https://www.livroreclamacoes.pt>.